

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000239-16.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**
 Requerente: **JOÃO DONIZETTI CAMPOS**
 Requerido: **FRISSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SORVETES LTDA - ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor João Donizetti Campos propôs a presente ação contra a ré Frisse Indústria e Comércio de Sorvetes Ltda - Me, requerendo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 74.512,18, originada pelo contrato de mútuo celebrado entre as partes, o qual não foi adimplido pela ré.

A ré, em contestação de folhas 75/83, alega: a) coisa julgada, tendo em vista que o autor e o ex-sócio Ricardo Masello Fabbri declararam em ata de audiência de tentativa de conciliação, realizada nos autos do processo nº 566.01.2011.020130-3 (nº de ordem 2083/11), que tramitou pela 2ª Vara Cível local, que seu crédito perante a ré somava o importe de R\$ 17.000,00, tendo referidos sócios, expressamente, renunciado ao referido valor, ficando o único proprietário imitido na posse da ré, responsável pelo pagamento do restante do passivo, correspondente à quantia de R\$ 67.000,00. Sustenta que a renúncia do autor e do então sócio Ricardo não foi parcial e sim correspondia à totalidade de seu crédito. Assim o valor pretendido pelo autor nesta ação já foi alcançado pela renúncia do autor naquele processo, cuja decisão homologatória já transitou em julgado; b) que o contrato de mútuo apresentado pelo autor foi firmado por apenas dois dos sócios da ré, sendo que o contrato social à época estabelecia na cláusula sétima, parágrafo segundo, que todos os documentos que envolvem a sociedade, em relação à venda de bens ou direitos constantes de seu patrimônio deveria obrigatoriamente constar a assinatura de todos os sócios; c) que os juros contratados são ilegais e abusivos, porque os juros de cheque especial são aplicáveis apenas às instituições bancárias, configurando prática de agiotagem; d) que a planilha de folhas 09 não apresenta qualquer valor probatório, muito menos comprova a dívida contraída pela ré. Requer, ao final, a improcedência do pedido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Réplica de folhas 146/149.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a prova oral ou pericial, orientando-me pelos documentos carreados pelas partes (CPC, artigo 434).

De início, afasto a preliminar de coisa julgada porque, nos termos do § 1º, do artigo 337, do Código de Processo Civil, verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada. E o § 2º do mesmo artigo estabelece que uma ação é idêntica à outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

Ora, o processo nº 566.01.2001.020130-3 (nº de ordem 2083/11), que tramitou pela 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, tratava-se de arrolamento de bens, tendo como autor Júlio César Zaniolo de Andrade e como ré Frisse Indústria e Comércio de Sorvetes Ltda. ME (**confira folhas 8**).

Assim, não havendo sequer identidade de partes, nem tampouco a identidade do pedido, de rigor a rejeição da preliminar de coisa julgada.

No mais, sustenta o autor: a) que em 22/08/2011 celebrou com a ré um contrato de mútuo, por meio do qual o autor emprestou à ré a quantia de R\$ 21.500,00, a ser devidamente corrigida pela taxa de juros do cheque especial e com a incidência de juros de 1% ao mês, totalizando a quantia de R\$ 30.745,00 até o dia 30/12/2011; b) que a ré não adimpliu o contrato; c) que em 08/11/2012, em audiência de tentativa de conciliação realizada nos autos do processo 566.01.2011.020130-3, que tramitou junto à 2ª Vara Cível local, que culminou com a dissolução parcial da sociedade, restou acordado que o senhor Júlio César Zaniolo de Andrade assumiria a integralidade da empresa, de forma que os


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

demais sócios se retirariam e o sócio remanescente assumiria todo o ativo e passivo, passivo este que totalizava a quantia aproximada de R\$ 67.000,00, já descontada a quantia de R\$ 17.000,00, cujo desconto foi concedido pelo autor e pelo ex-sócio Ricardo Fabbri; d) que referido perdão foi parcial, correspondendo a quantia de R\$ 7.829,48 perdoada pelo ex-sócio Ricardo, enquanto que a quantia de R\$ 9.170,52 foi perdoada pelo autor; e) que o crédito total que o autor tem direito corresponde à quantia de R\$ 74.512,18, atualizada até dezembro de 2014, já descontado o valor perdoado pelo autor.

Todavia, o pedido inicial não comporta acolhimento.

O contrato de mútuo colacionado pelo autor às folhas 16/17 foi celebrado entre o autor, na qualidade de mutuante, e a ré Frisse Indústria e Comércio de Sorvetes Ltda., na qualidade de mutuária, representada no ato pelo seu diretor Ricardo Masello Fabbri (**confira folhas 16**).

Entretanto, a cláusula 5ª do contrato social da empresa ré, estabelece que a administração da sociedade será exercida por todos os sócios (**confira folhas 93**).

Na ocasião da assinatura do contrato de mútuo, ou seja, em 22/08/2011, os sócios da empresa ré eram as pessoas de Júlio César Zaniolo de Andrade (31.000 quotas), João Donizetti Campos (11.000 quotas), Renato Fabbri Júnior (17.000 quotas) e Ricardo Masello Fabri (7.000 quotas) - **confira folhas 89/93**.

Dessa maneira, o contrato de mútuo deveria também ter sido assinado pelos demais sócios, Júlio César Zaniolo de Andrade e Renato Fabbri Júnior e a ausência de participação destes torna o contrato nulo.

A respeito do assunto, o artigo 104 do Código Civil estabelece que a validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. PROPRIEDADE INDUSTRIAL. ANULAÇÃO DE CONTRATO DE CESSÃO DE MARCA. **LEGITIMIDADE** PASSIVA. CONTRATO ASSINADO POR APENAS UM DOS **SÓCIOS**. ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE ATRIBUÍDA AOS **SÓCIOS** EM COMUM ACORDO. NULIDADE DE CONTRATO NÃO ASSINADO POR AMBOS OS **SÓCIOS** RECONHECIDA. RECONHECIMENTO DE FIRMA COMO **PESSOA FÍSICA** E NÃO COMO JURÍDICA. **Legitimidade** Passiva. Em ação que visa anulação de Contrato firmado com a requerida, não há como afastar sua **legitimidade** para figurar no pólo passivo, pois é parte integrante do negócio jurídico a que se pretende anulação. Nulidade do Contrato. Não havendo, no contrato social, especificamente o que compete a cada um deles, mas apenas cláusula geral atribuindo a ambos os **sócios**, em comum acordo, a administração da sociedade, inviável concluir que o termo de cessão se revestiu dos requisitos legais de validade, pois assinado por apenas um dos **sócios**. Assinaturas. Ainda que fosse permitido a apenas um dos **sócios** assinar o instrumento contratual de cessão, **osócio** que assinou o termo de cessão reconheceu a autenticidade de sua assinatura na condição de **pessoa física** e não como membro administrador da empresa autora. Exegese do art. 1.064 c/c 104 do CC/02 . Sentença Mantida. DESACOLHERAM A PRELIMINAR E NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. (Apelação Cível Nº 70059125898, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Giovanni Conti, Julgado em 08/05/2014)

Ademais, o sócio que representou a sociedade por ocasião da celebração do contrato de mútuo, Ricardo Masello Fabri, era o que detinha a menor quantidade de quotas (7.000 quotas) – **confira folhas 89**.

Por fim, o acordo a que chegaram as partes, levado a termo na ata da audiência de tentativa de conciliação colacionada às folhas 8, não é claro em afirmar se a renúncia da quantia de R\$ 17.000,00 que engloba o passivo de R\$ 84.000,00 correspondia ao valor total da dívida ou se parcial, não sendo instrumento hábil a comprovar tal pretensão.

Tendo em vista a nulidade do contrato, deixo de apresenciar a questão relativa aos juros excessivos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da causa, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária a partir do ajuizamento e juros de mora a partir do trânsito em julgado.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 08 de junho de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**